

ÍNDICE GERAL

DIREITO PENAL

PARTE GERAL

I — INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

CONCEITO DE DIREITO PENAL

1. Noções fundamentais	45
2. Função de tutela jurídica	46
3. Denominação	46
4. Definição	47
5. Caracteres do Direito Penal	47
6. Conteúdo do Direito Penal	49
7. Direito Penal objetivo e subjetivo	49
8. Caráter dogmático	50
9. Direito Penal comum e especial	50
10. Direito Penal material e formal	51
11. Princípios fundamentais do Direito Penal	51
a) Princípio da legalidade ou da reserva legal	51
b) Princípio da proibição da analogia “in malam partem”	51
c) Princípio da anterioridade da lei.....	51
d) Princípio da irretroatividade da lei penal mais severa	52
e) Princípio da fragmentariedade.....	52

f) Princípio da intervenção mínima.....	52
g) Princípio da ofensividade.....	52
h) Princípio da insignificância.....	52
i) Princípio da culpabilidade.....	53
j) Princípio da humanidade.....	53
l) Princípio da proporcionalidade da pena.....	53
m) Princípio do estado de inocência.....	53
n) Princípio da igualdade.....	54
o) Princípio do “ne bis in idem”.....	54

CAPÍTULO II

FONTES DO DIREITO PENAL

1. Fonte de produção ou material e fontes de conhecimento ou formais	55
2. Da lei ou norma penal: fonte formal imediata.....	56
a) A técnica legislativa do Direito Penal	56
b) Binding e a norma penal	58
c) Classificação das normas penais	60
d) Caracteres das normas penais	60
1. Exclusividade	60
2. Imperatividade	60
3. Generalidade	61
4. Abstrata e impessoal	63
3. Da norma penal em branco	63
a) Conceito	63
b) Classificação	64
4. A integração da norma penal	66
a) As lacunas da lei penal	66
b) Direito Penal e direito de exceção	68
c) Integração da norma penal: critério de admissão	69
5. Fontes formais mediatas	69
a) O costume	69
1. Conceito	69

2. Elementos	70
3. Espécies	70
<i>b)</i> Os princípios gerais do direito	71
6. Formas de procedimento interpretativo	72
<i>a)</i> A equidade	72
<i>b)</i> A doutrina	72
<i>c)</i> A jurisprudência	73
<i>d)</i> Os tratados e convenções	73

CAPÍTULO III

INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL

1. Conceito	75
2. Necessidade de interpretar as leis	75
3. Natureza da interpretação	76
4. Espécies de interpretação	76
<i>a)</i> Quanto ao sujeito que faz	76
1. Interpretação autêntica	77
2. Interpretação doutrinária	79
3. Interpretação judicial	79
<i>b)</i> Quanto aos meios empregados	79
1. Interpretação gramatical, literal ou sintática	80
2. Interpretação lógica ou teleológica	80
<i>c)</i> Quanto ao resultado	82
1. Interpretação declarativa	82
2. Interpretação restritiva	83
3. Interpretação extensiva	83
5. Critérios de aplicação da interpretação restritiva e extensiva .	84
6. O princípio “in dubio pro reo” em matéria de interpretação da lei penal: conclusões	86
7. Interpretação progressiva	87
8. Interpretação analógica	88
<i>a)</i> Conceito	88
<i>b)</i> Diferença entre interpretação analógica e analogia	88
<i>c)</i> A interpretação analógica e o CP brasileiro	88

CAPÍTULO IV
DA ANALOGIA

1. As lacunas da lei penal	91
2. Conceito e natureza jurídica	92
3. Fundamento	93
4. Requisitos e operação mental	93
5. Analogia, interpretação extensiva e analógica	94
6. A questão da terminologia	95
7. Espécies de analogia	95
8. Emprego da analogia	96

II — DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

CAPÍTULO V
DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

1. Fundamentos	103
2. Aspecto político	103
3. Histórico	104
4. Exceção e reações ao princípio legalista	105
5. O princípio da legalidade e a anterioridade da lei	106

CAPÍTULO VI
ÂMBITO DE EFICÁCIA DA LEI PENAL

Noções introdutórias	109
----------------------------	-----

CAPÍTULO VII
ÂMBITO DE EFICÁCIA TEMPORAL DA LEI PENAL (DA
EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO)

1. Nascimento e revogação da lei penal	111
2. Conflitos de leis penais no tempo: princípios que regem a matéria	114

3. Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo	117
4. “Abolitio criminis”, “novatio legis” ou lei supressiva de incriminações: a lei nova suprime normas incriminadoras	118
a) Conceito	118
b) Fundamento	118
c) Natureza jurídica	119
d) Exemplos	119
e) Efeitos e forma de aplicação	119
5. “Novatio legis” incriminadora: a lei nova incrimina fatos ante- riormente considerados lícitos	122
6. “Novatio legis in pejus”: a lei nova modifica o regime ante- rior, agravando a situação do sujeito	123
7. “Novatio legis in melius”: a lei nova modifica o regime ante- rior, beneficiando o sujeito	129
8. Apuração da maior benignidade da lei	131
9. Competência para aplicação da lei mais benéfica	133
10. Lei intermediária	134
11. Combinação de leis	134
12. Eficácia das leis penais temporárias e excepcionais. Ultra- -atividade	135
a) Conceito	135
b) Ultra-atividade das leis temporárias e excepcionais	136
c) Fundamento	136
13. Normas penais em branco e direito intertemporal	141
14. Do tempo do crime	144
a) Conceito	144
b) Teorias	144
c) Questões	145
d) Aplicação da teoria da atividade a várias espécies de in- frações	146
e) Medidas de segurança e direito intertemporal	147
15. Conflito aparente de normas	147
a) Conceito	147
b) Princípios para a solução dos conflitos aparentes de normas	150
c) Princípio da especialidade	150

d) Princípio da subsidiariedade	152
e) Princípio da consunção: crime progressivo, crime complexo e progressão criminosa	155
1. Princípio da consunção	155
2. Crime progressivo	156
3. Crime complexo	157
4. Progressão criminosa	157
f) Princípio da alternatividade: conceito e sua posição no tema	159

CAPÍTULO VIII

EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Direito Penal Internacional. Os princípios	161
a) Princípio da territorialidade	162
b) Princípio da nacionalidade	162
c) Princípio da defesa	163
d) Princípio da justiça penal universal	163
e) Princípio da representação	164
f) Princípios adotados pelo CP	164
2. Territorialidade	164
3. Lugar do crime. Teorias	168
4. Extraterritorialidade	171
5. Contravenções	177
6. A regra “non bis in idem”	177
7. Eficácia da sentença penal estrangeira	178

CAPÍTULO IX

EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A PESSOAS QUE EXERCEM DETERMINADAS FUNÇÕES PÚBLICAS

1. Introdução	179
2. Imunidades diplomáticas	180
3. Chefes de Governo	180
4. Imunidades parlamentares	181

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS DO TÍTULO I DA PARTE GERAL

1. Contagem de prazo	183
2. Frações não computáveis da pena	185
3. Legislação especial	186

III — TEORIA GERAL DO CRIME

CAPÍTULO XI

CONCEITO DE CRIME

1. Termos e etimologia	191
2. Que é crime?	192
3. Conceito material	193
4. Conceito formal	193
5. Crime e contravenção	194

CAPÍTULO XII

ANÁLISE E CARACTERES DO CRIME SOB O ASPECTO FORMAL

1. Caracteres do crime sob o aspecto formal	195
2. O fato típico, a antijuridicidade e a culpabilidade	196
3. A punibilidade	198
4. Requisitos, elementares e circunstâncias do crime	198
5. Pressupostos do crime	201
6. Condições objetivas de punibilidade	203
7. Crime e ilícito civil	203
8. Crime e ilícito administrativo	204
9. O crime na teoria geral do Direito	204

CAPÍTULO XIII

DO SUJEITO ATIVO DO CRIME

1. Conceito	207
-------------------	-----

2. Terminologia da lei	207
3. Direitos e obrigações	208

CAPÍTULO XIV

DA CAPACIDADE PENAL

1. Conceito	209
2. Da incapacidade penal	209
3. Da capacidade penal das pessoas jurídicas	209
4. Da capacidade especial do sujeito ativo	211
5. Da capacidade penal especial em face das normas permis- sivas	212

CAPÍTULO XV

DO SUJEITO PASSIVO DO CRIME

1. Conceito	213
2. Espécies:	213
a) Sujeito passivo constante ou formal	213
b) Sujeito passivo eventual ou material	213
3. Posições do Estado	214
4. A questão do incapaz, da pessoa jurídica, do morto, do feto, dos animais e coisas inanimadas	215
5. A pessoa pode ser ao mesmo tempo sujeito ativo e passivo do delito em face de sua própria conduta?	218
6. Sujeito passivo e prejudicado pelo crime	219

CAPÍTULO XVI

DO OBJETO DO DELITO

1. Conceito	221
2. Espécies:	221
a) Objeto jurídico	221
b) Objeto material	221

CAPÍTULO XVII
DO TÍTULO DO DELITO

1. Conceito	223
2. Espécies	223
3. Importância	224

CAPÍTULO XVIII

DA CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS

1. A classificação tripartida	225
2. A classificação bipartida. Há diferença entre crime e contra-venção?	225

CAPÍTULO XIX

DA QUALIFICAÇÃO LEGAL E DOUTRINÁRIA DOS CRIMES

1. Qualificação criminal da infração e do fato	227
2. Qualificação doutrinária	227
3. Crimes comuns e especiais	228
4. Crimes comuns e próprios	228
5. Crimes de mão própria ou de atuação pessoal	228
6. Crimes de dano e de perigo	229
7. Crimes materiais, formais e de mera conduta	230
8. Crimes comissivos e omissivos	232
9. Crimes instantâneos, permanentes e instantâneos de efeitos permanentes	233
10. Crime continuado	235
11. Crimes principais e acessórios	236
12. Crimes condicionados e incondicionados	236
13. Crimes simples e complexos	236
14. Crime progressivo	239
15. Delito putativo	239
a) Conceito e espécies	239
b) Delito putativo por erro de proibição	239

c) Delito putativo por erro de tipo	240
d) Delito putativo por obra de agente provocador (crime de flagrante provocado)	240
16. Crime de flagrante esperado	243
17. Crime impossível	243
18. Crime consumado e tentado	243
19. Crime falho	243
20. Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	244
21. Crimes de dupla subjetividade passiva	244
22. Crime exaurido	244
23. Crimes de concurso necessário	245
24. Crimes dolosos, culposos e preterdolosos ou preterintencionais	245
25. Crimes simples, privilegiados e qualificados	245
26. Crimes subsidiários	248
27. Crimes vagos	249
28. Crimes de mera suspeita	249
29. Crimes comuns e políticos	250
30. Crime multitudinário	251
31. Crimes de opinião	251
32. Crime inominado	252
33. Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado	252
34. Crimes de forma livre e de forma vinculada	252
35. Crimes de ação penal pública e de ação penal privada	253
36. Crime habitual e profissional	254
37. Crimes conexos	254
38. Crime de ímpeto	257
39. Crimes funcionais	257
40. Crimes a distância e plurilocais	257
41. Delito de referência	258
42. Delitos de tendência	258
43. Delitos de impressão	258
44. Crimes de simples desobediência	259
45. Crimes pluriofensivos	259
46. Crimes falimentares	259

47. Crime a prazo	259
48. Crime gratuito	260
49. Delito de circulação	260
50. Delito transeunte e não transeunte	260
51. Crime de atentado ou de empreendimento	260
52. Crime em trânsito	260
53. Crimes internacionais	260
54. Quase crime	260
55. Crimes de tipo fechado e de tipo aberto	261
56. Tentativa branca	261
57. Crime consunto e consuntivo	261
58. Crimes de responsabilidade	261
59. Crimes hediondos	263

CAPÍTULO XX

DO FATO TÍPICO

1. Introdução	265
2. Elementos do fato típico	265

CAPÍTULO XXI

DA CONDUTA

1. Conceito, características e elementos	267
2. Ausência de conduta	268
3. Teorias da conduta	270
a) Teoria naturalista ou causal da ação	270
b) Teoria social da ação	272
c) Teoria finalista da ação	273
4. Formas da conduta: ação e omissão	277
a) Ação	277
b) Omissão	277
1. Teorias	277
2. Formas	279
3. Crimes omissivos próprios	279

4. Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão ..	279
5. Caso fortuito e força maior	280

CAPÍTULO XXII

DO RESULTADO

1. Conceito	283
2. Teorias	283
3. Há crime sem resultado?	284
4. Em que consiste o resultado	286

CAPÍTULO XXIII

DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

1. Introdução ao tema	287
2. Teoria da equivalência dos antecedentes causais	287
3. Aplicação da teoria da equivalência dos antecedentes	290
4. Da causalidade na omissão	291
5. Da superveniência causal	294

CAPÍTULO XXIV

TEORIA DA TIPICIDADE

1. Noção introdutória	299
2. O tipo legal e o fato concreto	301
3. Denominações	301
4. Evolução histórica da tipicidade: fases	301
5. Primeira fase: independência	303
6. Segunda fase: caráter indiciário da antijuridicidade	304
7. Terceira fase: “ratio essendi” da antijuridicidade	305
8. Diretriz dominante	306
9. Tipicidade e antijuridicidade	307

CAPÍTULO XXV

TEORIA DO TIPO

1. Conceito e importância do tipo	309
---	-----

2. Da adequação típica: formas	309
3. Análise e elementos do tipo	311
a) Introdução ao tema	311
b) Elementos objetivos do tipo	312
c) Elementos normativos do tipo	312
d) Elementos subjetivos do tipo (elementos subjetivos do injusto)	314

CAPÍTULO XXVI

TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

1. Declínio do prestígio da relação de causalidade material (objetiva) como elemento do fato típico	319
2. Conceito de imputação objetiva.....	320
3. Risco permitido e risco proibido	320
4. Missão	321
5. Imputação objetiva, responsabilidade penal objetiva e imputabilidade: distinções	322
6. Âmbito de aplicação.....	322
7. Imputação objetiva da conduta e do resultado.....	322
8. Natureza jurídica e posição sistemática.....	323
9. Efeito da ausência da imputação objetiva.....	324
10. Requisitos de aplicação	324
11. Princípios.....	325

CAPÍTULO XXVII

DO TIPO DO CRIME DOLOSO

1. Introdução	327
2. Conceito e natureza do dolo	327
3. Teorias do dolo	327
a) Teoria da vontade	327
b) Teoria da representação	328
c) Teoria do assentimento	328
4. Dolo natural	328
5. Elementos do dolo	328
6. Espécies de dolo	330

a) Dolo direto e indireto — teoria do dolo eventual	330
b) Dolo de dano e de perigo	333
c) Dolo genérico e específico: crítica	333
d) Dolo normativo e dolo natural	334
e) Dolo geral (erro sucessivo)	335
7. Dolo e pena	336

CAPÍTULO XXVIII

TEORIA DO CRIME CULPOSO

1. Observação	337
2. Estrutura do tipo, ilicitude e culpabilidade	337
3. Previsibilidade objetiva	340
4. Elementos do fato típico culposo	340
5. Imprudência, negligência e imperícia	341
6. Espécies de culpa	343
a) Culpa consciente e inconsciente	343
b) Culpa própria e imprópria	344
c) A chamada culpa mediata ou indireta	345
7. Graus de culpa	345
8. Compensação e concorrência de culpas	345
9. Excepcionalidade do crime culposo	346

CAPÍTULO XXIX

O CRIME PRETERDOLOSO

1. Crimes preterdolosos ou preterintencionais	347
2. Nexo subjetivo e normativo	348

CAPÍTULO XXX

DO ERRO DE TIPO

1. Conceito	349
2. Exemplos	350
3. Erro de tipo e erro de proibição. Relação com o erro de fato e o erro de direito	350
4. Erro de tipo e delito putativo por erro de tipo	351

5. Formas	352
6. Erro de tipo essencial	352
7. Efeitos do erro de tipo essencial	353
8. Discriminantes putativas	354
a) Introdução	354
b) Disciplina legal	354
9. Erro provocado por terceiro	358
10. Erro acidental	360
a) Conceito	360
b) Erro sobre objeto (“error in objecto”)	361
c) Erro sobre pessoa (“error in persona”)	361
d) Erro na execução (“aberratio ictus”)	362
e) Resultado diverso do pretendido (“aberratio criminis”)	366
f) Esquema	368

CAPÍTULO XXXI

DO CRIME CONSUMADO

1. Conceito	369
2. Crime exaurido	369
3. A consumação nas várias espécies de crimes	370
4. O “iter criminis”	371
5. Atos preparatórios e executórios: distinção	373

CAPÍTULO XXXII

DA TENTATIVA

1. Conceito	375
2. Natureza jurídica	375
3. Elementos	376
4. Formas de tentativa: perfeita e imperfeita	377
5. Elemento subjetivo	378
6. Infrações que não admitem a tentativa	379
7. Aplicação da pena	380
a) Teoria subjetiva	380

b) Teoria objetiva	381
8. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Tentativa qualificada.....	382

CAPÍTULO XXXIII

DO ARREPENDIMENTO POSTERIOR

1. Conceito	389
2. Requisitos	389
3. Aplicação	390
4. Natureza jurídica	390
5. Relevância da reparação do dano	390

CAPÍTULO XXXIV

DO CRIME IMPOSSÍVEL

1. Conceito e casos	393
2. Teorias	394

CAPÍTULO XXXV

DA ANTIJURIDICIDADE

1. Conceito	397
2. Terminologia	398
3. Antijuridicidade formal e material	399
4. Caráter objetivo da antijuridicidade	400
a) Antijuridicidade subjetiva	400
b) Antijuridicidade objetiva	401
5. Antijuridicidade genérica e específica	402
6. Causas de exclusão da antijuridicidade	402
a) Introdução	402
b) Requisitos objetivos e subjetivos de justificação	403
c) Causas supralegais de exclusão da antijuridicidade	406
d) Excesso nas justificativas	408

CAPÍTULO XXXVI

DO ESTADO DE NECESSIDADE

1. Considerações gerais	411
2. Teorias: unitária e diferenciadora	412
3. Conceito e natureza jurídica	414
4. Exemplos	414
5. Requisitos	415
6. Perigo atual ou iminente	416
7. Ameaça a direito próprio ou alheio: estado de necessidade próprio e de terceiro	417
8. Situação de perigo não causada voluntariamente pelo sujeito ..	417
9. Inexistência de dever legal de enfrentar o perigo	419
10. Inevitabilidade do comportamento lesivo	420
11. Inexigibilidade de sacrifício do interesse ameaçado	421
12. Elemento subjetivo do estado de necessidade: conhecimento da situação do fato justificante	422
13. Causa de diminuição de pena	422
14. Formas do estado de necessidade	423
15. Excesso	423

CAPÍTULO XXXVII

DA LEGÍTIMA DEFESA

1. Introdução	425
2. Natureza jurídica	426
3. Conceito e requisitos	427
4. Agressão injusta, atual ou iminente. Questões várias	428
5. Direito do agredido ou de terceiro atacado ou ameaçado de dano pela agressão	431
6. Repulsa com os meios necessários	432
7. Moderação na repulsa necessária	434
8. O elemento subjetivo da legítima defesa: conhecimento da situação de agressão e da necessidade de defesa	434

9. Excesso	434
10. Legítima defesa subjetiva. Legítima defesa sucessiva. Legítima defesa putativa	438
11. Legítima defesa e estado de necessidade	438
12. Ofendículos	439

CAPÍTULO XXXVIII

ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL E EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO

1. Estrito cumprimento de dever legal	441
2. Exercício regular de direito	442
3. Intervenções médicas e cirúrgicas	442
4. Violência esportiva	443
5. Consentimento do ofendido	443

CAPÍTULO XXXIX

DO CONCURSO DE PESSOAS

1. Introdução	447
2. Concurso necessário e eventual	447
3. Autoria	449
4. Relação com a teoria da causalidade	450
5. Formas de autoria e de concurso de pessoas em face da teoria do domínio do fato: coautoria e participação	451
6. Participação	453
7. Natureza jurídica do concurso de pessoas	454
a) Teoria unitária	454
b) Teoria dualista	454
c) Teoria pluralística	454
d) Exceções pluralísticas da teoria unitária	455
8. Natureza jurídica da participação	455
a) Teoria causal	455
b) Teoria da acessoriedade: classes de acessoriedade	456

9. Autoria mediata	460
10. Requisitos do concurso de pessoas	462
11. Pluralidade de condutas	462
12. Relevância das condutas	462
13. Do liame subjetivo e normativo	463
a) Coautoria e participação	463
b) Autoria colateral	466
14. Identidade de infração para todos os participantes	466
15. Formas de participação	467
16. Punibilidade	472
17. Da cooperação dolosamente distinta ou desvios subjetivos entre os participantes	473
18. Participação impunível	474
19. Participação de participação e participação sucessiva	474
20. Momento da participação e exclusão da participação posterior ao delito	475
21. Participação e arrependimento	475
22. Autoria incerta	476
23. Crimes omissivos	476
24. Comunicabilidade e incomunicabilidade de condições, elementares e circunstâncias	480
a) Incomunicabilidade das circunstâncias de caráter pessoal	482
b) A circunstância objetiva não pode ser considerada no fato do partícipe ou coautor se não entrou na esfera de seu conhecimento	483
c) As elementares, sejam de caráter objetivo ou pessoal, comunicam-se entre os fatos cometidos pelos participantes desde que tenham ingressado na esfera de seu conhecimento ..	485
25. Concurso de pessoas e infanticídio	486
a) Exposição do tema	486
b) Pronunciamento do IV Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins	489
c) Nossa sugestão	493

IV — DA CULPABILIDADE

CAPÍTULO XL

A POSIÇÃO DA CULPABILIDADE EM FACE DA ESTRUTURA DO CRIME

1. O CP brasileiro e os requisitos do crime	499
2. A posição da culpabilidade	500
3. Responsabilidade penal objetiva	501

CAPÍTULO XLI

CONCEITO DE CULPABILIDADE

1. Introdução	503
2. Teorias da culpabilidade	503
3. Teoria psicológica da culpabilidade	504
4. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	504
5. Teoria normativa pura da culpabilidade. Elementos da culpabilidade	505
6. Teoria limitada da culpabilidade	509
7. Características do finalismo	510

CAPÍTULO XLII

DA IMPUTABILIDADE

1. Conceito	513
2. Imputabilidade e responsabilidade	514
3. Fundamento da imputabilidade	514
4. Causas de exclusão da imputabilidade	515
5. “Actio libera in causa”	516

CAPÍTULO XLIII

POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ANTIJURIDICIDADE

1. Introdução. Teorias	519
------------------------------	-----

2. Teoria extrema do dolo	519
3. Teoria limitada do dolo	520
4. Teoria extrema da culpabilidade	520
5. Teoria limitada da culpabilidade	521

CAPÍTULO XLIV

DA EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA

1. Introdução	523
2. Teoria das circunstâncias concomitantes de Frank	523
3. Efeito da inexigibilidade de conduta diversa	524

CAPÍTULO XLV

DAS CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE

1. Introdução	525
2. Elenco	525
3. A inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade	527
4. Emoção e paixão	529

CAPÍTULO XLVI

DO ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Inescusabilidade da ignorância da lei e relevância da falta de consciência da antijuridicidade	531
2. Conceito de erro de proibição	532
3. Formas	532
4. Erro de proibição e erro de tipo: efeitos quanto ao dolo e culpabilidade	533
5. Casos de erro de proibição	533
6. Erro e ignorância de direito	533
a) Conceitos	533
b) Efeitos	534
c) Erro de direito penal e erro de direito extrapenal	534
d) Erro de direito e delito putativo por erro de direito	535

7. Suposição errônea da existência de causa de exclusão da ilicitude não reconhecida juridicamente.....	536
8. Discriminantes putativas	536

CAPÍTULO XLVII

DA COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL

1. Conceito e espécies de coação	537
2. Espécie de coação prevista no art. 22, 1. ^a parte, do CP	537
3. Coação moral irresistível como causa de exclusão da culpabilidade. Responsabilidade do coator	538

CAPÍTULO XLVIII

DA OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA

1. Conceito e espécies de ordem de superior hierárquico	539
2. Obediência hierárquica como causa de exclusão da culpabilidade	540
3. Requisitos. Responsabilidade do superior hierárquico	541

CAPÍTULO XLIX

DA INIMPUTABILIDADE POR DOENÇA MENTAL OU DESENVOLVIMENTO MENTAL INCOMPLETO OU RETARDADO

1. Introdução	543
2. Critérios de aferição da inimputabilidade	543
3. Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	544
4. Diminuição da capacidade de entendimento e de vontade — caso de redução da pena ou de aplicação de medida de segurança	546
5. Requisitos normativos da inimputabilidade	549
6. Menoridade penal	549

CAPÍTULO L

DA INIMPUTABILIDADE POR EMBRIAGUEZ COMPLETA PROVENIENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

1. Conceito, fases e espécies de embriaguez	553
2. Sistema da embriaguez na legislação penal brasileira	554
3. Embriaguez voluntária ou culposa. “Actio libera in causa” ...	555
4. Embriaguez acidental: casos de exclusão da imputabilidade e de diminuição da pena	558
5. Embriaguez simples, patológica e preordenada: soluções legais ...	559

V — DA SANÇÃO PENAL

CAPÍTULO LI

DAS PENAS

1. Conceito, fins e caracteres	563
2. Classificação	564
3. Sistemas penitenciários	565

CAPÍTULO LII

DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Regimes penitenciários. Reclusão e detenção	567
2. Regras do regime fechado	569
3. Regras do regime semiaberto	569
4. Regras do regime aberto	570
5. Regime especial	570
6. Direitos e trabalho do preso	570
7. Superveniência de doença mental	570
8. Detração penal	571
9. Regime disciplinar diferenciado	572

CAPÍTULO LIII

DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Alternativas penais, penas alternativas e restritivas de direitos..	573
--	-----

2.	Natureza das penas restritivas de direitos	576
3.	Condições	576
4.	Multa substitutiva: condenação a pena igual ou inferior a um ano	579
5.	Conversão da pena alternativa em privativa de liberdade	579
6.	Prestação pecuniária e prestação inominada.....	581
7.	Perda de bens e valores	582
8.	Prestação de serviço à comunidade	583
9.	Interdições temporárias de direitos.....	584
10.	Limitação de fim de semana.....	585

CAPÍTULO LIV

DA PENA DE MULTA

1.	Critérios de cominação	587
2.	Fixação da multa	587
3.	Pagamento da multa	588
	a) Observação	588
	b) Legislação anterior	588
	c) Lei n. 9.268/96	589
4.	Proibição de conversão da multa em detenção	590

CAPÍTULO LV

DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

1.	Introdução	591
2.	Conceito de periculosidade	591
3.	Fatores e indícios de periculosidade	592
4.	Pressupostos de aplicação	593
5.	Periculosidade real e presumida	593
6.	Espécies	593
7.	Imposição de medida de segurança ao imputável	594
8.	Sistema vicariante	594
9.	Direitos do internado	595
10.	Extinção da punibilidade	595

CAPÍTULO LVI

DAS CIRCUNSTÂNCIAS

1. Circunstâncias e elementares do crime	597
2. Posição das circunstâncias na teoria do crime e da sanção penal	599
3. Classificação	600
4. Circunstâncias judiciais	602
5. Circunstâncias agravantes	603
6. Reincidência	611
a) Conceito e formas	611
b) Pressuposto	611
c) Efeitos	614
d) Espécies de crimes e reincidência	614
e) Eficácia temporal da condenação anterior para efeito da reincidência	614
f) Crimes militares e puramente políticos	620
7. Circunstâncias atenuantes	621
a) Ser o agente menor de 21 ou maior de 70 anos	622
b) Desconhecimento da lei	622
c) Motivos de relevante valor social ou moral	623
d) Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano....	623
e) Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima.....	624
f) Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime	624
g) Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou	624
h) Circunstâncias inominadas	625
8. Causas de aumento e de diminuição da pena	625
9. Circunstâncias qualificadoras	626

CAPÍTULO LVII

DA COMINAÇÃO E APLICAÇÃO DA PENA

1. Cominação das penas	629
2. Juízo de culpabilidade como fundamento da imposição da pena .	630
3. Fixação da pena	630
4. Fases da fixação da pena privativa de liberdade	632
5. Mecanismo da imposição das penas	635
6. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	637
7. Concurso de causas de aumento e de diminuição. Concurso de qualificadoras	637
8. Exemplos de fixação da pena privativa de liberdade	638
9. Fixação da pena de multa	639

CAPÍTULO LVIII

DO CONCURSO DE CRIMES

1. Introdução	643
2. Posição da matéria: concurso de crimes ou de penas?	643
3. Sistemas	644
4. Espécies de concurso	645
5. Concurso material	646
a) Conceito	646
b) Espécies	646
c) Aplicação da pena	646
6. Concurso formal	647
a) Conceito	647
b) Espécies	647
c) Requisitos	647
d) Aplicação da pena	648
e) Unidade e autonomia de desígnios	649
7. Crime continuado	650
a) Conceito	650
b) Requisitos	651
c) Crimes da mesma espécie	651

d) Homogeneidade das circunstâncias	652
e) Natureza jurídica	653
f) Aplicação da pena	654
g) Bem jurídico pessoal: unidade ou pluralidade de sujeito passivo	654
8. Aplicação da multa	656
9. Limite das penas	656
10. Concurso de crime e contravenção	658

CAPÍTULO LIX

DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA (*SURDIS*)

1. Explicações preliminares	659
2. Sistemas	660
3. Formas	661
4. Requisitos	661
5. Período de prova e condições	665
6. Revogação	667
7. Prorrogação	669
8. Extinção da pena	670

CAPÍTULO LX

DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Explicações preliminares	671
2. Pressupostos	671
3. Concessão do livramento condicional e período de prova	675
4. Revogação	676
5. Causas de revogação obrigatória do livramento condicional ...	677
a) Crime cometido durante a vigência do livramento condicional	677
b) Crime cometido antes do período de prova	677
6. Causas de revogação facultativa do livramento condicional ..	678
7. Efeitos da revogação do livramento condicional	678

a) Efeitos da revogação do livramento condicional em face de condenação irrecorrível pela prática de infração penal anterior ao período de prova (crime ou contravenção)	679
b) Efeitos da revogação do livramento condicional em face de condenação irrecorrível por infração cometida durante o período de prova	681
c) Efeitos da revogação do livramento condicional por descumprimento das condições impostas na sentença	682
8. Extinção da pena	682
9. Prorrogação do período de prova	683
10. Expulsão de estrangeiro	684

CAPÍTULO LXI

DOS EFEITOS CIVIS DA SENTENÇA PENAL

1. Noções preliminares	685
2. Condenação penal e reparação civil	686
3. “Actio civilis ex delicto”	688
4. Absolvição penal e reparação civil	689
a) Absolvição em face de estar provada a inexistência do fato	690
b) Absolvição criminal em face de não haver prova da existência do fato	690
c) Absolvição criminal em face de não constituir o fato infração penal	690
d) Absolvição criminal em face de estar provado que o réu não concorreu para a prática da infração penal	690
e) Absolvição criminal em face de não existir prova de ter o réu concorrido para a prática da infração penal	691
f) Absolvição criminal em face de não existir prova suficiente para a condenação	691
g) Absolvição criminal em face de existir causa de exclusão da antijuridicidade ou da culpabilidade ou haver fundada dúvida sobre sua existência (CPP, art. 386, VI)	691
5. Confisco	693
a) Conceito	693
b) Permissão	694

c) Confisco como efeito da condenação	694
6. Efeitos específicos	695

CAPÍTULO LXII

DA REABILITAÇÃO

1. Conceito e efeitos	699
2. Condições	700

VI — DA PERSECUÇÃO PENAL

CAPÍTULO LXIII

DA AÇÃO PENAL

1. Conceito	705
2. Classificação	705
3. Ação penal pública	709
4. Ação penal privada	712
5. Ação penal no crime complexo	714
6. Ação penal no concurso de crimes	715
7. Imunidade parlamentar formal ou processual	716

VII — DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

CAPÍTULO LXIV

CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de punibilidade	721
2. Condições objetivas de punibilidade	721
3. Causas extintivas da punibilidade	722
4. Escusas absolutórias	723
5. Momento de ocorrência das causas extintivas da punibilidade ..	724
6. Efeitos da extinção da punibilidade	726
7. Análise do art. 108 do CP	726
8. Imunidade parlamentar material	727
9. “Abolitio criminis”	729

CAPÍTULO LXV
PERDÃO JUDICIAL

1. Conceito e elenco	731
2. Natureza jurídica	731
3. Distinções	731
4. Extensão	732
5. Natureza jurídica da sentença concessiva	732

CAPÍTULO LXVI
DA MORTE DO AGENTE

1. Introdução	735
2. Prova	735

CAPÍTULO LXVII
DA ANISTIA, GRAÇA E INDULTO

1. Introdução	737
2. Anistia	737
3. Graça e indulto	739

CAPÍTULO LXVIII
RENÚNCIA E PERDÃO

1. Conceito de renúncia do direito de queixa	743
2. Oportunidade da renúncia	743
3. Formas de renúncia. Questões várias	744
4. Conceito de perdão aceito como causa de extinção da punibilidade	745
5. Oportunidade do perdão	745
6. Formas de perdão	745
7. Titularidade da concessão do perdão	746
8. Aceitação do perdão	746
9. Efeitos do perdão aceito no concurso de pessoas	747

CAPÍTULO LXIX

DECADÊNCIA E PEREMPÇÃO

1. Decadência do direito de queixa e de representação	749
2. Titularidade do direito de queixa ou de representação e decadência	750
3. Perempção da ação penal	750
4. Casos de perempção da ação penal	751

CAPÍTULO LXX

RETRATAÇÃO DO AGENTE

1. Conceito	753
2. Casos	753

CAPÍTULO LXXI

CASAMENTO SUBSEQUENTE

1. Introdução	757
2. Casamento do agente com a vítima	758
3. Casamento da vítima com terceiro	760

CAPÍTULO LXXII

DA PRESCRIÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica	763
2. Pretensão punitiva e pretensão executória	764
3. Prescrição da pretensão punitiva e prescrição da pretensão executória	765
4. Imprescritibilidade	766
5. Prescrição da pretensão punitiva	766
6. Prescrição da pretensão executória	769
7. Prescrição superveniente à sentença condenatória	771
8. Prescrição retroativa	773
a) Introdução. Súmula 146 do STF	773
b) O Anteprojeto de Código Penal. O Código Penal de 1969. A Lei n. 6.016, de 31-12-1973	775

c) A Lei n. 6.416, de 24-5-1977	776
d) Reforma penal de 1984 (antes da Lei n. 12.234, de 2010) ...	777
e) Natureza jurídica	777
f) Como se conta o prazo prescricional	778
g) Princípios	779
h) A Lei n. 12.234, de 5-5-2010, e a extinção da prescrição re- troativa	780
9. Espécies de penas e prescrição	787
10. Termos iniciais da prescrição da pretensão punitiva	788
10.1. Idade da vítima como novo termo inicial da prescrição da pretensão punitiva.....	790
11. Termos iniciais da prescrição da pretensão executória	792
12. Prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional	792
13. Multa	793
14. Redução dos prazos de prescrição em face da idade do sujeito .	794
15. Causas suspensivas da prescrição	794
16. Causas interruptivas da prescrição	797
17. Crimes falimentares	803
18. Crimes de imprensa	803
19. Crimes contra a Segurança Nacional	804
20. Crimes militares	804
21. Crimes eleitorais	805
22. Crimes de abuso de autoridade	805